

Ministro Gustavo Capanema: alterações no programa do ensino de filosofia em função da Reforma Educacional na Era Vargas

Minister Gustavo Capanema: changes in the program of philosophy teaching in function of the Educational Reform in the Vargas Era

Raquel dos Santos Quadros^{1*}, Gizeli Fermino Coelho², Gilmar Alves Montagnoli ¹, Marcos Pereira Coelho ¹, Dyeinne Cristina Tomé³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os caminhos trilhados por Gustavo Capanema Filho, um intelectual que atuou de forma singular no cenário brasileiro nas áreas da educação, cultura e política. Nessa discussão, elegemos a educação como tema central, especialmente as alterações no programa do ensino de filosofia em função da Reforma Capanema na Era Vargas. Gustavo Capanema esteve à frente Ministério da Educação e Saúde entre os anos de 1934 e 1945. As fontes que deram suporte para o desenvolvimento dessa produção foram os discursos, os projetos, os relatórios e as leis que resultaram da Reforma Capanema. A investigação tem envolvimento com o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE), que se define pela investigação sobre educação e história da educação, compreendida em sua articulação com a sociedade em seus aspectos econômicos, sociais e políticos. As análises permitiram visualizar a alteração do ensino de filosofia em função da Reforma Capanema para forjar um sujeito para viver em harmonia na sociedade.

Palavras-chave: Educação; Ensino de Filosofia; Gustavo Capanema.

ABSTRACT

This article aims to analyze the paths trodden by Gustavo Capanema Filho. He was an intellectual who acted singularly in the Brazilian scenario in the areas of education, culture and politics. In the discussion of this article, we have selected education as a central theme, especially the changes in the program of teaching philosophy in function of the Capanema Reform in the Vargas Era. Gustavo Capanema led the Ministry of Education and Health between 1934 and 1945. The sources that supported the elaboration of this article were the discourses, projects, reports and laws that resulted from the Capanema Reform. The research is involved with the Study and Research Group on The History of Education, Intellectuals and School Institutions (GEPHEIINSE). This research group is defined by research on education and history of education, understood in its articulation with society in its economic, social and political aspects. The analyses allowed us to understand the alteration of philosophy teaching in function of the Capanema Reform to forge a subject to live in harmony in society.

Keywords: Education; Philosophy teaching; Gustavo Capanema.

¹ Instituição de afiliação 1. Universidade Estadual de Maringá.

*E-mail: rraquelquadros@gmail.com

² Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Nova Andradina-MS.

³ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa-PR.

INTRODUÇÃO

A investigação proposta, neste artigo, tem como tema principal a atuação do intelectual Gustavo Capanema Filho (1900-1985) frente ao Ministério da Educação e Saúde entre os anos de 1934 e 1945. Historicamente, o período caracteriza-se como um espaço de rearticulação social, econômica e política, no qual Capanema figura como o ministro que mais tempo se mantém alinhado a Getúlio Vargas⁴, no Governo Constitucional (1934-1937) e no Estado Novo (1937-1945), assumindo a responsabilidade de reorganizar o sistema educacional brasileiro. Capanema reflete a centralização do regime instituído pelo Estado Novo, promovendo ações mediante a diferentes caminhos, saúde, cultura e educação frente ao Ministério da Educação e Saúde.

Para tanto, tomamos como pressuposto para este artigo que as reformas empreendidas por Capanema no sistema educacional brasileiro, no período de 1934 a 1945, devem ser compreendidas não como um relato estático dos fatos do passado, mas como uma análise crítica do papel que a educação assume em cada momento histórico, considerando as diferentes características e funções que são atribuídas a ela (QUADROS, 2013). Dessa forma, “[...] considerar que a história da educação está indicando que o objeto da investigação – a educação – é estudado a partir de métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação histórica [...]” (LOMBARDI, 2004, p. 151), contextualizando os espaços e tempos.

A pergunta que norteia o desenvolvimento desta pesquisa é: como atuou Gustavo Capanema para a organização do ensino Filosofia no período em que foi Ministro? Dessa maneira, busca-se aqui, como objetivo geral, compreender as ações de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, realizadas no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, cidade do Rio de Janeiro, sede do Governo Federal, com destaque para

⁴ Getúlio Vargas nasceu em 19 de abril de 1882 em São Borja, cidade do Rio Grande do Sul situada na fronteira com a Argentina. Quando adolescente, provavelmente por algum interesse escolar, declarou ter nascido em 1883, e durante um século acreditou-se ser esse o ano de seu nascimento. Seus pais, Cândida Dornelles Vargas e Manoel do Nascimento Vargas, pertenciam a famílias de estancieiros com prestígio na política local. Aos 16 anos alistou-se no batalhão de São Borja e aos 18 foi admitido na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo. Em dezembro de 1903, após dar baixa do Exército, entrou para a Faculdade de Direito de Porto Alegre. Na faculdade, Getúlio estreitou laços com o castilhismo e com a juventude republicana. Em março de 1911, casou-se com Darcy Lima Sarmanho, filha do estancieiro e comerciante Antônio Sarmanho. Nos anos seguintes, o casal teria cinco filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manoel e Getúlio. (D'ARAUJO, 2011).

as Reformas promovidas por Capanema no ensino Filosofia, considerando como foi projetada a formação do cidadão brasileiro naquele contexto.

Como consequência, inserimos Gustavo Capanema no grupo dos intelectuais orgânicos. Nesse sentido, será efetivada “[...] uma análise do conjunto da obra desse autor na intrincada rede de relações e fatos políticos, econômicos, culturais e sociais na qual ele forjou sua perspectiva teórica e política [...]” (MACHADO; DORIGÃO; COELHO, 2016, p. 185). Saviani (2013) aponta que podem ser orgânicos em dois sentidos:

[...] porque gerados pelo próprio organismo constitutivo da classe e porque desempenham, perante ela, a função de organizá-la, de conferir-lhe unidade, coerência e homogeneidade; numa palavra, desempenham a função de dar organicidade à classe à qual se encontram umbilicalmente ligados (SAVIANI, 2013, p. 222).

Nesse ínterim, coloca-se o desafio nesta investigação Histórica da Educação de não relatar os fatos apenas cronologicamente, mas com ênfase nas peculiaridades dos principais fatos ocorridos, bem como nas tendências do pensamento pedagógico, de modo a indicar a relação existente entre a educação e a sociedade no período histórico estudado, tendo em vista o espaço e as condições que permitiram sua organização naquele período. Portanto, compreende-se que a história é feita por atores sociais, os quais atuam e são condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas à que estão inseridos.

A metodologia adotada, desse modo, pressupõe que a consciência dos homens é determinada pela materialidade histórica. Dessa forma, é nas práticas sociais que o homem se produz, de acordo com o que esta em constante contato, e a educação, como qualquer outra produção, é resultante da produção social. Essa compreensão exige um reportar constante às transformações econômicas, políticas e sociais que marcaram o século XX.

O Intelectual Gustavo Capanema

Gustavo Capanema Filho nasceu no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais, em 10 de agosto de 1900, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e Marcelina Júlia de Freitas Capanema, pertencentes ambos a tradicionais famílias mineiras, vivendo até 10 de março de 1985. Foi casado com Maria de Alencastro Massot Capanema e teve dois filhos, Gustavo Afonso e Maria da Glória.

Em 1920, matriculou-se na Faculdade de Direito da capital Mineira, alcançando o prêmio Rio Branco, destinado ao aluno que obtenha notas distintas em todas as matérias do curso. Ao terminar a faculdade regressou a Pitangui, abrindo um escritório de advocacia ao mesmo tempo em que exercia o magistério, como professor de Psicologia, Higiene Escolar e Ciências Naturais na Escola Normal local. Foi vereador na Câmara de Vereadores de seu município, onde tomou interesse e dedicou-se ao estudo dos assuntos de administração municipal.

Capanema desenvolveu sua atividade profissional voltada à política, tornou-se setembro de 1929, oficial de gabinete do governo mineiro de Olegário Maciel e em novembro do mesmo ano assumiu a Secretaria do Interior. Dessa forma iniciou seu envolvimento com cargos na esfera pública, a partir de então intensificou sua relação e seu posicionamento político em acordo aos ideais nacionalistas.

Com a morte de Olegário Maciel, a 6 de setembro de 1933, Capanema por ato do Governo Provisório foi nomeado interventor interino em Minas Gerais, permanecendo três meses no cargo. Após esse momento voltou a seu posto na área da advocacia e às suas ocupações de intelectuais.

Em janeiro de 1934, já próximo de Getúlio Vargas, este ofereceu a Capanema o cargo de representante no Departamento Nacional do Café. Capanema recusara a oferta, e em carta enviada ao então Presidente da República declarou: “[...] que para que se exerça, conscienciosamente, com real proveito para o serviço público, aquele cargo, cumpre ao seu detentor morar no Rio de Janeiro. Capanema agradece o convite e se coloca ao seu dispor para trabalhar na defesa do seu governo [...]” (HORTA, 2010, p.17).

Em momento posterior, ainda no ano de 1934, Gustavo Capanema foi convidado por Getúlio Vargas a assumir o Ministério da Educação e Saúde, ele aceitou e permaneceu por onze anos no cargo, até o final do Estado Novo, em 1945. Como atribuições deste importante papel político é relevante destacar que “[...] Durante sua permanência no Ministério, Capanema empreendeu a reorganização administrativa do mesmo, iniciou a elaboração das leis orgânicas do ensino e tomou diversas iniciativas no campo cultural [...]” (HORTA, 2010, p. 19).

Capanema teve como assessor-chefe em seu gabinete o poeta Carlos Drummond de Andrade, cercou-se de uma equipe diversificada, integrada, entre outros, por Mário de Andrade, Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Vila-Lobos, Cecília Meireles,

Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade (BOMENY, 2001).

Após sua passagem pelo governo Vargas, Capanema deu continuidade à carreira política, atuando em várias esferas. De acordo com Horta (2010), Capanema foi eleito no dia 2 de dezembro de 1945 deputado por Minas Gerais, na legenda Partido Social Democrático (PSD). Em sua trajetória política “[...] Foi membro da Comissão constitucional, encarregada de redigir o anteprojeto da nova Carta. Durante os trabalhos constituintes, participou ativamente dos debates relativos ao capítulo sobre educação, tendo apresentado substitutivo que veio a constituir a base do texto [...]” (HORTA, 2001, p.20). Em outubro de 1950 Capanema se reelegeu deputado federal, em 1954, ele foi reeleito para o mesmo cargo.

Foi membro da delegação à 50ª reunião da União Interparlamentar, em Bruxelas, no ano de 1961. Chefiou a delegação à IX conferência Geral da UNESCO, em Nova Delhi, na Índia, na condição de Embaixador extraordinário. Em 1966 foi reeleito para a Câmara Federal, em 1970 elegeu-se senador por Minas Gerais. Em janeiro de 1979, ao término de seu último mandato no Senado, encerrou sua carreira política, fixando residência no Rio de Janeiro.

Toma-se como pressuposto, para esse estudo, que as reformas empreendidas por Capanema no sistema educacional brasileiro neste contexto, devem ser compreendidas como uma análise, crítica, do papel que a educação assume em cada momento histórico, considerando as diferentes características e funções que são atribuídas à educação. Destacam-se as reformas educacionais como resultante de um amplo movimento, fazendo referência ao contexto político, a dinâmica social em que surgiu, as leis que orientaram as mudanças e aos personagens que atuaram para afirmação deste momento de profundas transformações na educação brasileira.

A disciplina de Filosofia no Ensino Secundário

Ao assumir o cargo, o novo ministro da Educação e Saúde Pública, fez estudos sobre a situação das áreas pertinentes ao ministério e os planejamentos traçados sobre o setor da Educação e Saúde. Em 30 de julho de 1934, em conversa com Getúlio Vargas,

Capanema destacou, “[...] justificou e fez apologia às reformas do ministério propostas pelo seu antecessor, as quais ampliou com novas perspectivas [...].” (VARGAS, 1995, p. 311). Conforme registrou Capanema “[...] O Ministério da Educação e Saúde Pública, quanto ao ensino não se tornou apenas um departamento burocrático para administração de repartições e serviços educacionais, mas passou a constituir um centro nacional de estudos e pesquisas [...]”. (RELATÓRIO...,1946). O intelectual passou, gradativamente, a incorporar sua concepção de educação e buscar apoio no governo para consolidar mudanças efetivas neste campo.

Por meio de decretos, tornou-se “[...] evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central [...]”. (SAVIANI, 2010, p. 196). No entanto, ao analisarmos a relação dos decretos elaborados nessa conjuntura, observa-se que o currículo do ensino secundário era de difícil acesso ao povo, o ensino primário foi deixado de lado sem uma ação mais intensa, bem como, o ensino profissional e normal não fizeram parte do plano da educação. Em face disso, a sociedade daquele período histórico

[...] oscilava entre a necessidade de inovar e organizar a vida social, em novas bases, e a velha ordem, com a qual ainda se encontrava seriamente comprometida. As classes que iam gradativamente assumindo o poder contavam entre si com a presença, de um lado, dos jovens oficiais progressistas e da nova burguesia industrial, que exigiam inovações a todo a ordem, mas, de outro lado, contavam também com a presença de parte da velha aristocracia liberal, ainda apegada às velhas concepções. A expansão do ensino e sua renovação ficaram, portanto, subordinadas ao jogo de forças que essas camadas manipulavam na estrutura do poder. (ROMANELLI, 2010, p. 145).

Diante da nova configuração, o sistema educacional refletia dois aspectos, por um lado, o impulso da revolução, o qual buscava uma transformação na sociedade com a inserção dos indivíduos para o seu desenvolvimento e, por outro, a constante busca do poder centralizador do governo. A educação como um dos pontos-chaves do novo governo teve como objetivo formar um novo homem para atuar em uma nova proposta de sociedade, em que o governo getulista a via como aspecto importante para o desenvolvimento do país. Buscava-se desenvolver o sentimento patriótico de uma forma ordenada e constante, vinculando estes valores às propostas reformistas no campo da educação. Neste sentido, destaca-se que

[...] educação nacional era definida como tendo por objetivo ‘formar o homem completo, útil à vida social. Pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas’ sendo tarefa precípua da família e dos públicos. A transmissão de conhecimento seria sua tarefa imediata, mas nem de longe a mais importante. Fazia ainda parte dos princípios gerais a definição do que se devia entender por ‘espírito brasileiro’ (“orientação baseada nas tradições cristãs e históricas da pátria”) e ‘consciência da solidariedade humana’ (prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais), termos que a Constituição utilizava para caracterizar os objetivos gerais da educação nacional [...]”. SCHWARTZMAN, 1984, p.182-183).

Com o intuito de transformar e imprimir mudança no cenário brasileiro, Capanema organizou uma reforma educacional, intitulada de Leis Orgânicas que se desenvolveram em todos os níveis da educação escolar, ou seja, educação primária, educação secundária, ensino profissional, ensino normal e ensino universitário. Para o Ensino Secundário, conforme o Decreto-Lei nº 4.244 de 1942 que trata sobre a organização deste nível de ensino, o primeiro ciclo, o curso ginásial, ficou distribuído em quatro anos. No segundo ciclo do ensino secundário, o qual foi dividido em dois cursos: o Clássico com duração de três anos; e o Curso Científico, também com duração de três anos, neste nível foram desenvolvidas as disciplinas de Filosofia, ambos no terceiro ano.

Dessa forma, o curso clássico e o curso científico, tiveram por objetivo consolidar uma educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. Enquanto que no curso clássico, terá por objetivo a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas, o grego e o latim, no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (BRASIL, 1942).

No ensino secundário, Capanema traçou objetivos para a formação do aluno deste grau de ensino, tendo em vista o objetivo principal formar a personalidade integral dos adolescentes e “[...] acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística; e da preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial [...]”. (BRASIL, 1942). Havia uma organização central do ensino secundário e deveria ser seguida como modelo. Este grau de ensino foi um dos aspectos mais importantes para a organização Nacional de Educação, considerando seu caráter formador da força produtiva que viria a se inserir no mercado de trabalho. A inserção da educação moral e cívica tinha objetivos claros,

neste grau de ensino, buscando com essa formação base para desenvolver “[...] a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos [...]”. (BRASIL, 1942). O estabelecimento da educação moral e cívica tem um papel de destaque no currículo do ensino secundário apresenta como elemento essencial que suponha desenvolver nos adolescentes a moralidade a partir do “[...] espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade”, (BRASIL, 1942), sendo assim, responsabilidade de quem ministrava essa disciplina difundir a ideologia de “[...] que é finalidade do ensino secundário formar às individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade [...]”. (BRASIL, 1942).

É mister enfatizar que o ensino secundário, formaria os sujeitos pensantes da sociedade brasileira, Gustavo Capanema, considerava esse nível de ensino, fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Esse grupo se tornaria a elite cultural, perspectiva associada as linhas gerais do Estado Novo.

Na idealização do projeto do ensino de Filosofia, o curso secundário deveria “[...] coroar a formação cultural do aluno, procurando apresentar-lhe unificadamente, em conclusões harmoniosas, o conteúdo do conhecimento humano [...] (DOCUMENTOS..., 1942). Neste sentido, portanto, a contribuição da disciplina seria do conhecimento teórico objetivando uma conclusão linear sem discussões e conflitos teóricos.

A abordagem da disciplina se daria na análise da realidade, a verificação das situações sociais, conflitos que estão expostos e movimentação dos fatos históricos. No entanto, nesse caminho não havia espaço para pensamentos engajados em modificações das coisas. Era recomendado para os cursos de filosofia que “[...] se parta sempre da notação histórica dos problemas, na análise inteligentes e estudo imparcial dos argumentos e soluções [...]” (DOCUMENTOS..., 1942, p. 9).

Dessa forma, a disciplina de Filosofia, foi organizada com duas horas semanais e segundo o planejamento do projeto foi idealizado para 3ª série do curso Clássico. O qual foi constituído pelo Decreto-Lei N. 4.244 – de 9 de abril de 1942 no Art. 14, as disciplinas constitutivas do curso clássico tiveram a seguinte seriação: Primeira série : 1) Português. 2) Latim. 3) Grego. 4) Francês ou inglês 5) Espanhol. 6) Matemática. 7) História geral. 8) Geografia geral. Segunda série: 1) Português, 2) Latim. 3) Grego, 4) Francês ou inglês

5) Espanhol, 6) Matemática, 7) Física, 8) Química, 9) História geral, 10) Geografia geral. Terceira série: 1) Português, 2) Latim, 3) Grego, 4) Matemática, 5) Física, 6) Química, 7) Biologia, 8) História do Brasil, 9) Geografia do Brasil, 10) Filosofia. Para o curso científico, foi organizado da seguinte forma, conforme o Art. 15. As disciplinas constitutivas do curso científico tiveram a seguinte seriação: Primeira série: 1) Português, 2) Francês, 3) Inglês, 4) Espanhol, 5) Matemática, 6) Física, 7) Química, 8) História geral, 9) Geografia geral. Segunda série: 1) Português, 2) Francês, 3) Inglês, 4) Matemática, 5) Física, 6) Química, 7) Biologia, 8) História geral, 9) Geografia geral, 10) Desenho. Terceira série: 1) Português, 2) Matemática, 3) Física, 4) Química, 5) Biologia, 6) História do Brasil, 7) Geografia do Brasil, 8) Filosofia, 9) Desenho.

A organização da Filosofia ficou organizada da seguinte forma:

I - Filosofia Grega: filósofos e sistemas: - Sócrates – Platão- Aristóteles – Epicurismo – Estoicismo – Neoplatonismo de Plotino.

II - Idade Média: ainda filósofos e sistemas: Santo Agostinho – Santo Anselmo – Santo Alberto Magno – Santo Tomaz de Aquino – A escolástica – Duns Scoto – Os dissidentes.

III - Renascença – Novo platonismo; Aristótelismo; ceticismo, socialismo de Morus, Machiavelli, Campanella etc.

IV - A filosofia moderna – Seus grandes representantes – Empirismo – racionalismo – fenomenismo – criticismo – positivismo – evolucionismo ecletismo.

V - A filosofia contemporânea – Sistemas e doutrinadores – Materialismo – Sociologismo – Determinismo econômico – Cientificismo – Idealismo – Intucionismo - Existencialismo – Neoescolástica.

VI - A filosofia no Brasil – Os nossos pensadores e a filosofia. (DOCUMENTOS..., 1942)

O ensino de Filosofia mostrava-se como campo de imparcialidade, indicava-se aos professores da disciplina de filosofia a apresentação das análises dos conteúdos por uma via da neutralidade, tanto para os argumentos como para as soluções apresentadas para os sistemas e escolas, neste sentido os estudos eram organizados em um:

[...] campo de movimentos nas lições, demarcando objetivamente os principais caminhos da cultura intelectual do homem através das idades, recomenda-se, neste curso, que se parta sempre da notação histórica dos problemas, nas análises inteligentes e estudo imparcial dos argumentos e soluções que os vários sistemas e escolas tem apresentado e discutido [...]. DOCUMENTOS..., 1942).

É mister esclarecer que o momento histórico de atuação desse político foi marcado pelo cunho nacionalista e centralizador do Estado Novo, o que favoreceu a ação direta de Capanema no campo educação, dada a forte influência e apoio político de Getúlio Vargas a suas ações frente ao ministério. Contata-se que o projeto educacional para o Brasil neste período foi elaborado para a permanência da organização social, no que se refere ao quadro de disciplinas e aos objetivos, não havia o intuito de modificar esse cenário, mas de uma conservação. Entende-se por esse viés a busca na disciplina de filosofia assim como outras, a imparcialidade e o não questionamento mais profundo da análise social.

Capanema, no ano de 1946, redigiu um relatório com o seguinte título ‘Algumas notas sobre os problemas da educação e saúde no Governo Getúlio Vargas’, e iniciou, abordando que os problemas existentes, não são necessariamente do período da Gestão em questão, mas problemas que iniciaram há décadas anteriores, no que se refere a educação e saúde foram “[...] problemas ao longo tempo abandonados, em nosso país, no Império e na República, não houve clamor que valesse. Os governos passavam, e nenhuma obra geral e fundamental se empreendia [...]” (RELATÓRIO..., 1946). Ainda no relatório são especificados de forma detalhada, em cada área ações realizadas, diante dos problemas supracitados.

Capanema informa que somente depois de 1930, após a vitória da revolução, tornou-se possível o “o lançamento de sementes essenciais”, com a fundação do Ministério da Educação e Saúde, em que foram quinze anos de progressivo desenvolvimento, o qual representaria o ponto de partida e decisivo para a solução dos dois problemas nacionais.

Diante dessas análises realizada pelo ministro Gustavo Capanema, indicamos que, por um lado, ocorreram, transformações singulares em torno da educação e saúde, como a criação do Ministério da Educação e Saúde, o qual centralizou as ações, a regulamentação dos níveis de ensino, em especial, a organização curricular do ensino secundário, por outro, observamos que somente a elite, frequentava esse grau de ensino, devido a dificuldade apresentada no decorrer do curso. Isto posto, é necessário indicar que a perspectiva curricular dava ênfase na harmonia e a ideia de não questionamento da organização social estabelecida, bem como, das ações apresentadas pelo governo. Posiciona-se Dias (2011, p. 111) a respeito:

[...] a historiografia sobre o pós-1939 ressalta as iniciativas do Governo Federal em submeter a educação às diretrizes do Estado. A educação

foi um recurso indispensável com meio de obter adesão ao regime, para infundir valores como o culto ao trabalho, à nacionalidade, à construção e à preservação da nova ordem [...].

Deste modo, inferimos que a disciplina de filosofia seguiu a perspectiva de um governo centralizador, que buscava harmonizar as discussões, sem levantar debates e argumentos para mudança na organização social instalada.

De fato, como visto, procurou-se, por meios legais, estabelecer a vinculação da ideologia do Estado Novo ao poder centralizado com a unidade educacional. Assim a escola tornou-se instrumento a serviço do fortalecimento dos ideais do governo.

Considerações Finais

Como reflexão, pode-se associar a ação de Capanema frente ao Ministério da Educação e da Saúde por dois ângulos por um lado centralizador o qual refletiu o regime instituído pelo Estado Novo, promovendo ações mediante o uso de palavra forte frente ao ministério, e como expansionista levando em conta seu estilo e sua marca na nova organização do campo educacional, o qual deu uma identidade a educação brasileira que serviu de exemplo para as demais reformas educacionais.

No período do governo de Getúlio Vargas, o Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, procurou-se com o planejamento da organização do ensino da disciplina da Filosofia no curso Secundário introduzir uma formação da filosofia aos alunos de uma forma branda, sem conflitos, mostrando sempre a imparcialidade nos argumentos dos professores na apresentação do conhecimento científico.

Capanema desempenhou seu papel em um campo em que se desenvolveram grandes expectativas enquanto promoção do regime e formação do futuro cidadão brasileiro. Como apresenta Bomeny (2001), de forma esclarecedora, “[...] A área de educação nos expõe a uma realidade muito distinta. E talvez possamos compreender tal distinção por ser essa a área que define a orientação de mentalidades e interfere na eleição de valores [...]”. Dada às perspectivas que orientavam o período histórico da República, os quais apostavam no desenvolvimento no país “[...] esperava-se que a educação inspirasse o que deveria ser ‘o homem novo’ para um ‘Estado Novo’[...]”. (BOMENY, 2001, p. 31). As reformas no campo da educação como forma de promover a formação do cidadão em acordo com o projeto de um novo país demonstrava ser de muita

importância, o que confere a Capanema um papel de destaque frente às propostas de readequação na formação educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244 de 09/04/1942. **Lei orgânica do ensino secundário**. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 de ago. 2012.

BOMENY, H. M. B.. “Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Política”. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (org.) **Constelação Capanema: intelectuais políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 11-35.

D^o ARAUJO, M. C. (org). Getulio Vargas. Brasília: Câmara dos Deputados, **Edições da Câmara**, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf?sequence=>. Acesso em: 08 de ago. 2012.

DIAS, A. **Trabalhadores intelectuais: Ensino secundário e magistério no Estado Novo**. In: LEITE, Juçara Luzia; ALVES, Claudia (Orgs.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 111-138.

DOCUMENTOS, **sobre alterações no programa de filosofia em função da Reforma Capanema do ensino secundário**. Gustavo Capanema. GC g 1942.12.29 (29 pgs.). Geral. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1942.

HORTA, J. S. B. **Gustavo Capanema**. Recife: Editora Massangana, 2010.

MACHADO, M. C. G.; DORIGÃO, A. M.; COELHO, G. F. As Pesquisas com Intelectuais em História da Educação: um campo profícuo. **Revista HISTEDBR On-line**. v.16, n. 67, p. 175-188, 2016.

QUADROS, R. S. **Gustavo Capanema (1934-1945)**. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

ROMANELLI, O de O. **História da Educação no Brasil**. 36. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

VARGAS, G. **Diário**. V. 1. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Recebido em: 08/11/2022

Aprovado em: 10/12/2022

Publicado em: 15/12/2022